

**O Indianismo como mito fundacional da identidade brasileira e do Brasil-Nação:  
Uma análise pós-colonial**

**Indianism as foundational myth of the Brazilian identity and Nation-Brazil: A post-colonial analysis**

Judy Moura<sup>1</sup> (judymoura\_@hotmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho pretende analisar, a partir de um viés crítico pós-colonial, como o indianismo, presente na literatura romântica brasileira, constituiu-se como mito fundacional da identidade brasileira e como a criação do mito do herói indígena serviu como forma de apagamento de outras etnias, no que pode ser visto como um contexto de exaltação da miscigenação “cabocla” (mistura do índio com o branco), e diminuição da figura do “mulato” (mistura do negro com o branco) e do negro, em geral. Pretendo demonstrar, também, como as ideias trazidas pela chamada “geração de 1870”, no Brasil, ligadas ao positivismo evolucionista europeu e às teorias raciais da época, já permeavam o imaginário de escritores antes mesmo de terem se tornado hegemônicas dentro da comunidade intelectual brasileira, tendo influenciado, também, as obras literárias dessa época.

**Palavras-chave:** indianismo, pós-colonial, romantismo brasileiro, racismo

**Abstract:** This work aims to analyse, from a post-colonial studies perspective, how indianism, present in Brazilian romantic literature, was considered a foundational myth of Brazilian identity and how the myth of the Indian hero was used as a way to erasing other ethnicities, inside what can be considered a context of exaltation of the “caboclo” (miscegenation of the white and the indigenous) and effacement of the “mulato” (miscegenation of the black and the white) and of black people in general. I intend to demonstrate also how ideas brought by the so called “1870’s generation” in Brazil, connected to European evolutionist positivism and racial theories from that time used

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Pós-colonialismos e Cidadania Global (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra).

to permeate writer's imaginary even before they became hegemonic inside Brazilian intellectual community, influencing literary work from the period.

**Keywords:** indianism, post-colonial, Brazilian romantism, racism

## Introdução

A vocação colonial ultramarina europeia foi justificada, durante muito tempo, por motivos religiosos. Na América portuguesa, a “salvação” e catequização de nativos indígenas foi usada como razão para não os escravizar, tendo sido as missões jesuíticas a mais visível materialização da ideologia colonial em terras luso-americanas. As missões catequizantes perduraram até a expulsão dos jesuítas pelo governo do Marquês de Pombal, porém, a ideia de que os indígenas eram passíveis de assimilação pela cultura ocidental permaneceu por mais tempo após o fim dessas missões.

Concomitantemente, e após o fim das missões, africanos foram sendo levados ao Brasil para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar, entre outras atividades, por meio do tráfico de escravos. Em oposição à situação dos indígenas, os africanos escravizados eram vistos como ferramentas de trabalho e objetos de exploração e incapazes, portanto, de assimilação pela cultura ocidental.

Mesmo no período imperial, após a independência, negros escravizados continuaram sendo trazidos da África para o Brasil, ainda que a campanha para o fim do tráfico tenha ganhado força a partir dessa época. Foi durante esse período, após o processo de independência, anteriormente à abolição da escravidão, que ganhou espaço no Brasil o que passou a ser chamado de movimento indianista, muito influenciado pelo romantismo europeu. Este movimento buscou exaltar a figura do indígena, que configuraria o “nativo”, parte, portanto, da identidade brasileira em formação. A figura do negro, na formação dessa identidade, no entanto, permaneceu marginalizada.

Dentro desse contexto, a partir de um viés crítico elaborada pelo pensamento pós-colonial, pretendo analisar como o indianismo, presente na literatura romântica brasileira, constituiu-se como mito fundacional da identidade brasileira. Pretendo analisar como a criação do mito do herói indígena serviu como forma de apagamento de outras etnias igualmente importantes dentro da ideia de povo brasileiro, no que pode ser visto como um contexto de exaltação da miscigenação “cabocla” (mistura do índio

com o branco), em detrimento da figura do “mulato” (mistura do negro com o branco) e do negro, em geral. Pretendo demonstrar, também, como as ideias trazidas pela chamada “geração de 1870”, no Brasil, ligadas ao positivismo evolucionista europeu e às teorias raciais da época, já permeavam o imaginário de escritores antes mesmo de terem se tornado hegemônicas dentro da comunidade intelectual brasileira, tendo influenciado, também, as obras literárias dessa época.

### **O processo de formação da identidade brasileira**

Em 1840, Carl Friedrich Philipp von Martius venceu o concurso do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, estabelecimento este ligado à oligarquia nacional, em que se fazia a seguinte pergunta: “como se deve escrever a História do Brasil?”. Em sua dissertação vencedora, o autor discorreu sobre a ideia de que o Brasil é uma nação providencialmente original pela sua mestiçagem e que, portanto, sua história deveria ser contada a partir daí. Dentro de um recente crescimento, à época, das teorias raciais na Europa, o autor remetia à noção de que o Brasil havia se formado, originariamente, pela união das raças branca (portuguesa), indígena/nativo e negra/africana, dentro do que veio a ser chamado de “mito das três raças”. Ele apontou que estes três elementos corresponderiam aos alicerces de fundação da nacionalidade brasileira, a partir da miscigenação, em que elementos de tradição europeia fundiam-se com novos elementos da nova nação, mestiça e tropical.

O Brasil teve um processo de independência extremamente peculiar em relação a, por exemplo, as colônias espanholas na América, uma vez que, apesar de ter se emancipado, manteve uma estrutura monárquica de poder, não rompendo completamente os vínculos com sua ex-metrópole, Portugal. Sabe-se que foi o filho do rei português, Dom Pedro, a figura de maior representação dentro do processo de emancipação, tendo também se tornado o primeiro imperador do Brasil.

A partir do processo de independência da Coroa Portuguesa, os intelectuais brasileiros da época passaram a refletir em seus trabalhos a busca por uma identidade genuinamente brasileira, ainda que as ligações com a ex-metrópole não estivessem inteiramente rompidas. É notável a busca pela construção de uma identidade nacional, sobretudo por parte de uma elite brasileira ligada ao poder imperial (Costa, 2014). Esta

elite, da qual muitos desses intelectuais da época faziam parte, ainda que influenciada pelos valores europeus, preocupou-se em criar uma identidade nacional, o que caracterizou boa parte das obras do romantismo brasileiro, muito inspirada no romantismo europeu.

Ao contrário do romantismo europeu, que buscava transformações sociais, o romantismo brasileiro mostrava-se conservador e alinhado ao cenário político em que estava inserido. Como aponta a historiadora Angela Alonso, “aqui o romantismo não vinha contestar o tradicionalismo de modos de pensar, agir e sentir de uma sociedade aristocrática enraizada, vinha criá-los” (Alonso, 2000, p. 29). Notava-se, outrossim, que a chancela europeia era sempre necessária às iniciativas intelectuais e artísticas, exercendo o papel de dignificar a produção nacional (Cândido, 1975). O escritor Antonio Joaquim de Macedo Soares, certa vez, em um ensaio, deixou registrado que lamentava que “os escritores não se esforçassem por dar à nossa literatura uma categoria equivalente às europeias”, já que “nossas tradições são ‘dúplices’, devendo o poeta, se quiser ser nacional, harmonizar as indígenas com as portuguesas” (Soares, apud Cândido, 1975, p. 10).

De fato, apesar da busca por uma identidade nacional, a geração que deu voz ao romantismo brasileiro bebeu diretamente de fontes europeias para compor seu modo de pensar e refletí-lo em seus escritos. É notável a influência de publicações e periódicos europeus, sobretudo franceses, como a *Revue des deux mondes* (Santos, 2022), no meio intelectual do Segundo Reinado. O próprio Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que lançou o concurso de ensaios em que a tese de Von Martius foi vencedora, foi criado a partir da intenção de incentivar a difusão do iluminismo e de cientificar e categorizar o estudo de história do Brasil, a fim de esboçar uma fisionomia para a nação brasileira (Guimarães, 1988). Nesse sentido, menciona Manoel Luiz Guimarães que:

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. (Guimarães, 1988, p. 6)

Em carta ao imperador dom Pedro II, Adolfo Varnhagen, diplomata e intelectual brasileiro da época, mencionava os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira: “Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses,

ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração [...]” (Varnhagen *apud* Guimarães, 1988, p. 6). A história empreendida pelo IHGB ocupava-se em dar conta da construção de uma gênese brasileira que estivesse inserida na tradição de civilização e progresso europeia, ligada ao iluminismo.

O processo de formação da identidade brasileira, portanto, esteve bastante ligado ao pensamento branco e ocidental, o que se reflete até hoje no seu entendimento como Estado-nação. O fato histórico de o filho do rei de Portugal ter se tornado o primeiro rei brasileiro, dentro da manutenção de uma estrutura política monárquica igualmente herdada da metrópole, é sintomático daquilo que o Brasil veio a representar ao longo dos anos enquanto Estado-nação. Paul Singer chamou de “dependência consentida” a ideologia da classe dominante que “via na dependência de seus países dos países capitalistas adiantados [...] o elo que os ligava à civilização, da qual se acreditavam os únicos e autênticos representantes” (Singer *apud* Chauí, 2000, p. 33). Conta-se que o imperador Pedro II, inclusive, foi um grande incentivador das pesquisas ligadas ao pensamento positivista evolucionista no Brasil. Da mesma forma, o próprio Pedro I, seu pai, autonomeou-se imperador e mostrou-se, após a independência, um rei absolutista em terras americanas. De fato, percebe-se hoje, pela lente crítica do pensamento pós-colonial, que tanto o reinado de Pedro I, quanto o de seu filho, Pedro II, funcionaram como reforço do pensamento ocidental e serviram para reforçar ideias coloniais, imperialistas e até mesmo racistas na América.

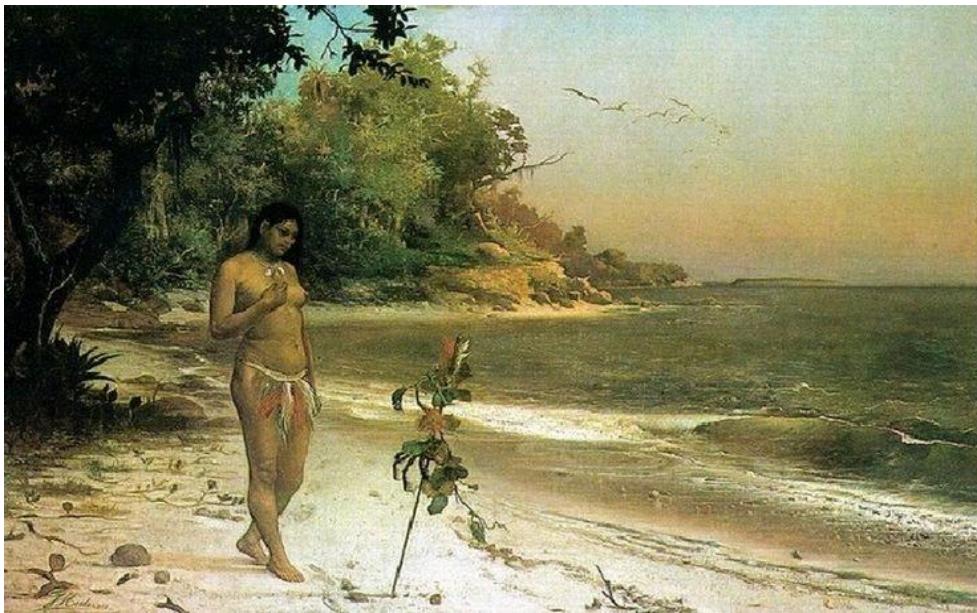
Assim, as ligações brasileiras com a sua ex-metrópole nunca foram totalmente rompidas e isso se reflete na obra do romantismo brasileiro. O próprio José de Alencar, maior expoente do romantismo brasileiro, era membro de uma elite nacional, tendo se formado na Faculdade de Direito de São Paulo, uma das instituições que ajudou a divulgar o pensamento iluminista liberal no Brasil. Eram conhecidas, também, suas posições em defesa da manutenção da escravidão, quando da discussão sobre a criação da Lei do Ventre Livre no Congresso brasileiro, durante o século XIX. A elite brasileira estava, assim, intimamente ligada ao poder imperial e ajudou na construção de uma identidade nacional como forma de garantir o poder centralizador do imperador, fazendo conter, dessa forma, ideias separatistas que permearam o Brasil por um bom tempo. O romantismo brasileiro, portanto, era conservador e alinhado ao cenário

político em que estava inserido, tendo a obra literária brasileira dessa época servido mais para manter hierarquias sociais do que para contestá-las.

### **O indianismo como mito fundacional da identidade brasileira**

Marilena Chauí, ao tratar do mito fundacional da nação brasileira (Chauí, 2000), menciona que interessava a países como o Brasil a ideia de um Estado nacional protecionista. Nesse sentido, era necessário incorporar o “princípio de nacionalidade”, que definia um território extenso e população numerosa como elementos basilares do Estado-nação. Desse princípio, deriva a ideia de que a nação é um processo de expansão, de conquista de novos territórios, de unificação nacional. Segundo a autora, o elemento que justificasse a conquista expansionista seria, sobretudo, a língua, mas não somente. O Estado-nação precisava contar com uma elite cultural que afirmasse a unidade linguística daquela nação. Era necessário, também, estabelecer uma espécie de “religião cívica”, traduzida no patriotismo que, unido a símbolos de uma “comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada”, logo transformou-se em nacionalismo.

Inserida nessa elite, estava a figura do escritor José de Alencar, autor de *Iracema* (Alencar, 1865), obra de referência do romantismo brasileiro e símbolo do movimento indianista. Alencar era membro de uma família tradicional e se graduou pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, uma das primeiras e também mais tradicionais do Brasil, tendo exercido um papel importante na divulgação e consolidação de ideais do iluminismo e do liberalismo no Brasil, nos idos de 1850, durante o Segundo Império.



**Imagen 1.** “Iracema”, obra de José Maria de Medeiros (1884).

Nessa época, mesmo depois do processo de independência, havia um temor de fragmentação territorial no contexto político interno brasileiro. Até o início do segundo reinado, sobretudo durante a transição entre o primeiro e o segundo, no que ficou conhecido como período regencial, chegou a ocorrer uma série de conflitos e revoltas envolvendo forças políticas regionais que não se ajustavam ao regime imposto pelo governo do herdeiro da Coroa Portuguesa. A preocupação central do poder monárquico, portanto, e daqueles ligados a ele, era a construção de uma unidade nacional, forte e centralizada.

O segundo reinado, instaurado após o turbulento período regencial, foi marcado por uma alternância de poder entre os chamados “liberais”, que defendiam maior descentralização política, e “conservadores”, que pregavam a manutenção de um poder forte central. Em 1841, dentro do que ficou conhecido como “regresso conservador”, medidas de centralização política foram sendo gradualmente tomadas pelos detentores do poder, o que serviu para caracterizar um período de *status quo* imperial (Alonso, 2000). Dentro desse contexto político conservador e centralizador, que manteve privilégios hierárquicos e um regime monárquico tido como incontestável, estava inserida a atuação e obra de José de Alencar.

O romantismo brasileiro é, dessa forma, fruto desse período político pós-independência, centralizador e de consolidação do regime monárquico no Brasil. Dentro

desse contexto de “criação” de um país único e coeso, foi necessário também criar uma identidade nacional, em coerência com o pensamento de quem o governava. Nesse sentido, surgiram instituições à época que ajudaram a criar esse imaginário de tradição social, como foi o caso da própria faculdade de Direito e de outras instituições de ensino precursoras do pensamento positivo-iluminista, de museus e instituições voltadas ao estudo do território brasileiro e da criação de uma historiografia exclusivamente brasileira. Nesse mesmo período, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja função inicial consistia em escrever a história brasileira “enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador” (Guimarães, 1988, p. 10).

De fato, o segundo reinado, autointitulado período “imperial”, fazia jus a esse título, ao adotar uma política imperialista frente não só a seus nacionais, dentro do próprio território, quanto também em territórios vizinhos. Foi durante o segundo império que o Brasil perpetrou grandes ações imperialistas, sobretudo na região da Bacia do Prata, contra outras nações sul-americanas. O caráter imperialista do segundo reinado brasileiro demonstra que o Brasil continuou adotando ideais civilizatórios e colonialistas mesmo após ter se desvinculado do poder colonial português.

Da mesma forma que no campo político, o romantismo brasileiro também refletiu tal dicotomia, buscando recuperar uma mítica figura originária na imagem do indígena, ao mesmo tempo que adotava sobre ele ideais de dominação e assimilação. A busca por uma identidade nacional encontrou espaço naquele que era visto como símbolo de originalidade brasileira, como o “bom selvagem” rousseauiano, e como uma figura essencialmente nativa e, portanto, brasileira. Dentro da ideia de território como parte da identidade nacional, a exaltação da natureza e de tudo ligado a ela, aí incluída a figura do indígena, também foi característico do movimento romântico brasileiro.

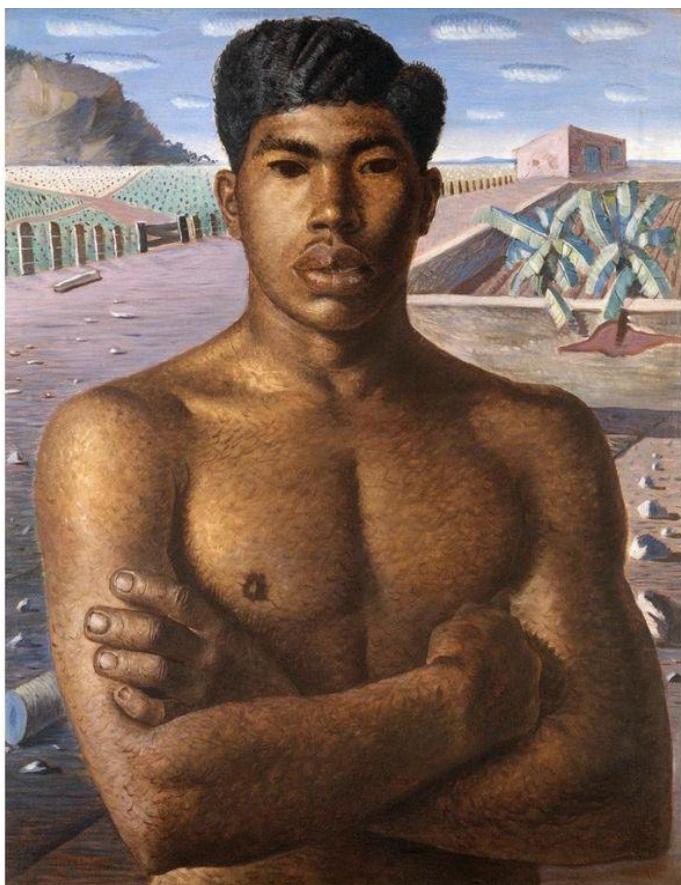
Só que este processo, ao invés de ser centrípeto, interno, fez-se de forma a trazer conceitos externos e adaptá-los ao cenário nacional. Ilustra bem este fenômeno o a substituição da figura do cavaleiro medieval pelo indígena. Outra ideia importada e que começava a surgir no continente europeu, as teorias raciais, também influenciaram o movimento romântico brasileiro. Havia uma exaltação da figura do indígena, ainda que de forma estigmatizada, e exclusão da figura do negro. O índio, dessa forma, era “o símbolo do Brasil audaz, guerreiro e puro, enquanto o negro simplesmente não aparece, substituído pela escravidão como instituição bárbara que é preciso destruir” (José

Murilo de Carvalho apud Chauí, 2000, p. 51). Nesse sentido, cabe questionar se a proposta do modernismo brasileiro era realmente soberana ou ainda muito ligada não só ao contexto português e colonial, mas aos ideais e pensamento divulgados em toda a Europa na época.

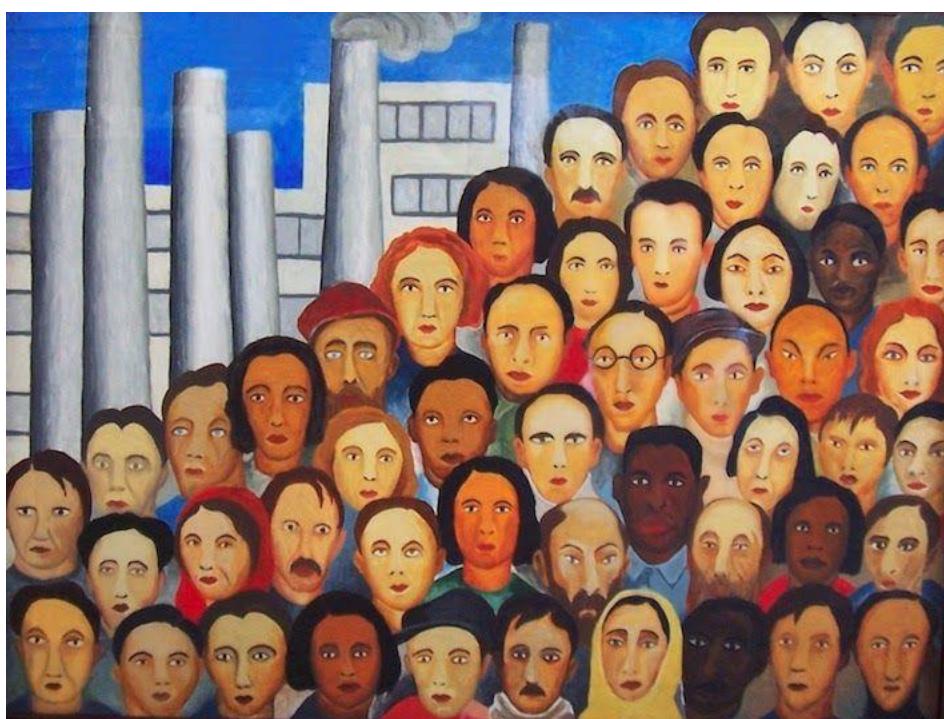
### **O mito do herói indígena e o apagamento de outros “heróis”**

Von Martius não foi o único intelectual a refletir sobre o entendimento do Brasil e dos brasileiros como nação e nacionalidade. Nos anos 1930, Gilberto Freyre também exerceu papel na *langue* da mestiçagem, proporcionando uma estrutura de imagem positiva do Brasil, como uma civilização tropical mestiça. Dentro de um “elogio da mestiçagem” (Marino, 2022, p. 3), Freyre foi além das teorias raciais deterministas, fazendo com que a construção da identidade nacional se misturasse com uma idealização da mestiçagem. Nesse sentido, forjou-se uma identidade coletiva para os grupos que compunham a nação. A miscigenação, dessa forma, não era mais vista como uma limitação, como um destino estéril, em que a relação entre “espécies” de qualidade diversa levaria a uma esterilidade, senão biológica, mas certamente cultural, como um símbolo do “atraso”, mas sim como um mecanismo que garantiria a redenção do Brasil e o consequente ingresso na trilha do “progresso” (Araújo, 1994).

Freyre acompanhou um movimento de exaltação da mestiçagem na época que ocorria não só nas letras, mas também nas artes. Do movimento modernista brasileiro, da primeira metade do século XX, extraem-se obras que ilustram essa tendência, como é o caso da tela “O mestiço”, de Cândido Portinari, que exalta a figura do cafuso, tida como a mescla do negro com o índio, e do quadro “Operários”, de Tarsila do Amaral, que reflete um Brasil ainda mais diverso e mestiço, com a chegada de levas de imigrantes que chegaram ao país em busca de trabalho logo após a abolição da escravidão.



**Imagen 2.** “O Mestiço”, obra de Cândido Portinari (1934).



**Imagen 3.** “Operários”, obra de Tarsila do Amaral (1933).

Na visão atual, questiona-se se Freyre teria sequer abandonado a categoria de raça, mesmo que a ideia de confraternização racial tenha prevalecido no pensamento freyriano. O sociólogo pernambucano, inclusive, argumentava que a colonização portuguesa logrou formar uma nova nação devido ao fato de termos tido como “célula *mater*” (ou *pater*) de nossa sociedade a família patriarcal (Araújo, 1994), e não o Estado ou as companhias de comércio, como em outros modelos coloniais, idealizando assim, as relações existentes entre escravizados/senhores, e de sexismo e racismo presentes. Dentro do que mais tarde veio a ser chamado de lusotropicalismo, Freyre reconhecia uma “ação civilizatória” dos portugueses, por meio da qual foram introduzidas uma unidade religiosa e de língua, a tolerância racial e a mestiçagem (Chauí, 2000). Dessa forma, Freyre contribuiu para consolidar, e também romantizar, a ideia de que a miscigenação teria dado ao Brasil a originalidade necessária para diferenciar-se de outras nações.

A ideia romantizada de miscigenação, que veio a permear o imaginário brasileiro, décadas depois, com o pensamento freyriano, não foi adotada pelo romantismo brasileiro ou, pelo menos, não em parte. A miscigenação idealizada pelo movimento romântico brasileiro e refletida nas obras do período como mito fundacional da identidade brasileira baseava-se no cruzamento das raças branca e indígena, excluindo-se, nesse processo, a raça negra.

A partir de determinado momento no período colonial, a vocação colonial ultramarina deixou de ser justificada por motivos religiosos e passou a ser justificada como missão civilizatória (Ribeiro, 2016). No contexto particular brasileiro, esse ímpeto teve continuidade mesmo depois do processo de independência, uma vez que nativos e negros continuaram sendo vistos como “incivilizados”, ou como o “outro” dentro do processo colonial (Fanon, 1952), sendo objetos, portanto, a partir de determinado momento, não mais de salvação divina, mas de um processo de “adaptação civilizatória”.

O índio, no contexto brasileiro da segunda metade do século XIX, foi resgatado como símbolo de pureza e de autenticidade, uma vez que era a figura a habitar as terras brasileiras antes mesmo de assim serem nomeadas. Seu simbolismo foi criado a partir do “mito do bom selvagem”, de inspiração originada na filosofia europeia, e da noção rousseauiana de que “o homem nasce bom, mas é corrompido pelo meio”. Na

simbologia do romantismo europeu, o bom selvagem foi personificado na figura do cavaleiro medieval. No caso brasileiro, na ausência de um período com cenário semelhante à Idade Média europeia, o índio assumiu a simbologia do cavaleiro medieval. A partir daí, pela ótica romântica, o indígena seria assimilável à cultura ocidental e à sociedade “civilizada”, representada pelas elites coloniais da época.

O negro, em sentido oposto, sequer tinha sua condição de humanidade considerada dentro desse contexto, tendo sido “esquecido” desse processo de formação de identidade nacional. Ele era visto, dentro do modelo econômico colonial agroexportador, como um objeto de exploração e uma propriedade. Nas obras indianistas de José de Alencar, por exemplo, sequer há menção a personagens negros, sendo os enredos focados em protagonistas brancos e indígenas. Peri, em “O Guarani”, é um indígena que se apaixona por Ceci, branca, e vira uma espécie de guardião do povo branco, sendo ao fim da obra até sido “cristianizado” e assimilado à cultura ocidental. Já em “Iracema”, a figura do indígena assimilado é feminina, encarnada pela protagonista, que dá nome ao título da obra e se apaixona por um homem branco, Martim. O próprio Martim é retratado como homem pacífico que faz enormes sacrifícios para ficar com sua amada, ignorando-se, talvez de forma proposital, o fato de ele representar a figura do colonizador. Tais enredos revelam uma literatura ainda muito influenciada pela cultura europeia, em que se constroem, assim como nos contos medievais, a figura de heróis e mocinhas. A discriminação em relação ao negro também reflete a predominância, na época, de teorias raciais que construíram um ideal discriminatório a partir de noções tidas como científicas. Apesar do pensamento evolucionista, baseado em noções distorcidas da teoria da evolução de Darwin, trazendo-a ao campo social, só ter aparecido com maior força, no Brasil, a partir da década de 1870, é possível perceber traços desse pensamento que trazia a noção de hierarquia entre raças e atribuía comportamentos sociais a características biológicas nos escritos de José de Alencar.

Apesar de as teorias raciais terem chegado tarde no Brasil, elas já eram muito difundidas desde meados do século XIX na Europa, tendo repercutido também na obra literária do romantismo brasileiro. Traços de discriminação racial do negro em face do branco e até mesmo do índio, uma vez que aquele seria visto como “incivilizado”, são visíveis. No caso do indígena, ainda que se reconhecesse sua “selvageria” e modos

“bárbaros”, acreditava-se na sua assimilação dentro da sociedade ocidental e seus valores. Isso é expresso claramente em obras como “O Guarani” e “Iracema”, em que os personagens indígenas se envolvem com personagens brancas cujo caráter colonizador é aliviado, sendo por elas assimilados. Em relação ao tratamento do negro nas obras literárias alencarianas, apesar de não haver nada explícito em relação à condição deste, até porque ele sequer ocupava posição de destaque nesses enredos, nota-se nos escritos não-literários de Alencar uma visão muito própria da época sobre as questões raciais, notadamente no que diz respeito à imposição de hierarquias raciais e animalização da figura do negro, colocado como “selvagem incivilizado”. Havia até, por parte do escritor, uma certa compreensão de que a inserção “civilizatória” do negro na sociedade brasileira se daria por meio da escravidão (Costa, 2014). Para ele, o negro não estava inserido no que ele compreendia como “povo americano”, que seria fruto da junção do branco com o ameríndio original. Assim, a escravidão era vista como forma de inserção da figura do negro na “civilização”, ainda que escravista e segregada, consistindo em um “mal necessário”. Nesse sentido:

A barbárie do negro não decorria do seu estado de escravidão forçada, mas lhe era anterior. A escravatura não seria uma instituição que reproduziria a barbárie, pelo contrário, ela tenderia a civilizar o negro africano, formando o seu caráter, fazendo-o controlar suas paixões e superar seu estado de ignorância. Haveria para o escravo negro apenas uma possibilidade de superação da suposta barbárie: ‘o escravo deve então ser o homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho’. (Costa, 2014, p. 17)

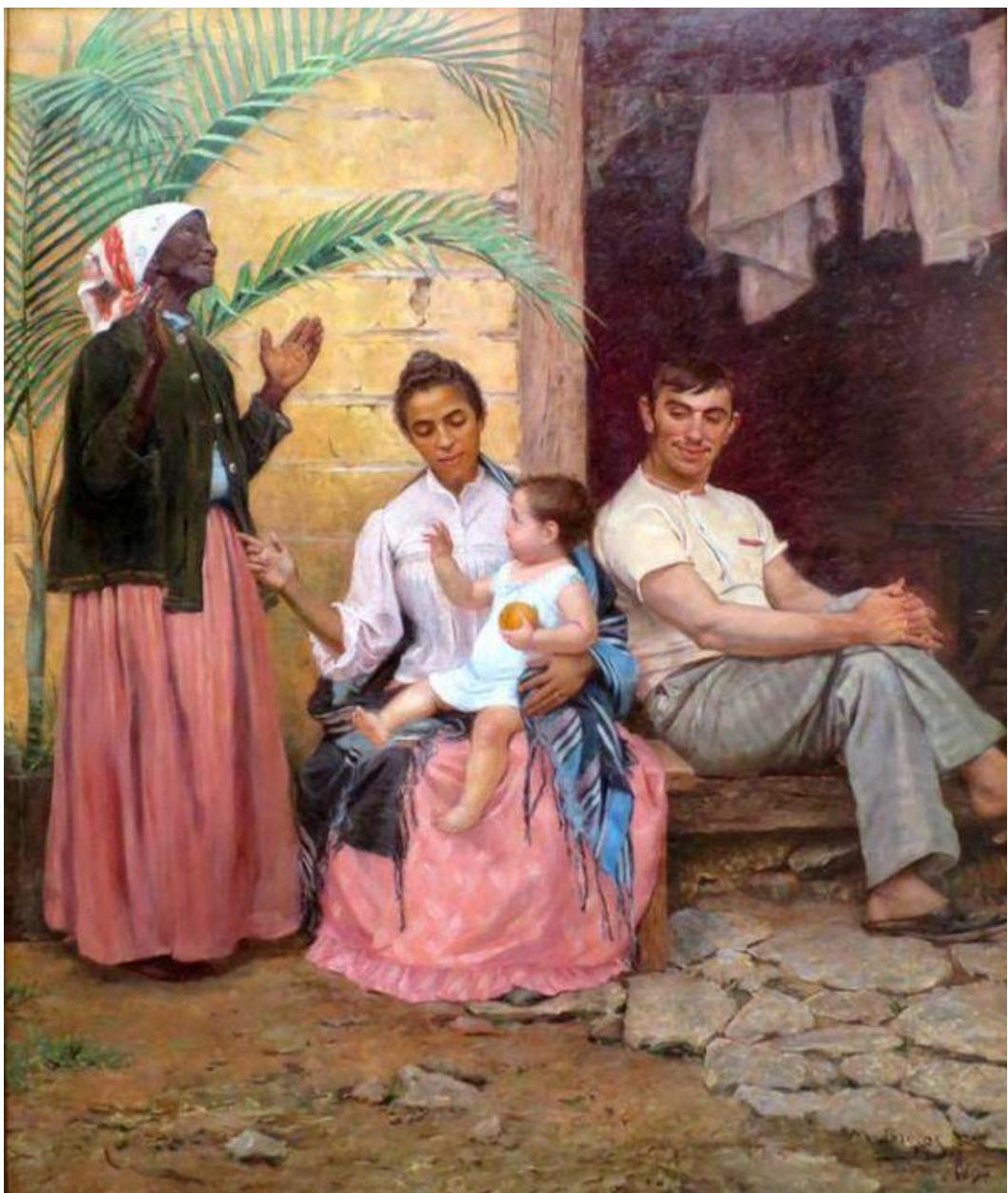
Sobre a escravidão, Alencar chega a mencionar, ainda, em uma carta datada de 1871: “nossos costumes, a índole generosa de nossa raça, impregnam essa instituição [a escravidão] de uma brandura e solicitude que a transformam em quase servidão” (Alencar apud Costa, 2014, p. 18). A “raça generosa” a que ele se refere é, portanto, a branca, dos senhores de escravos. Havia, dessa forma, uma romantização da instituição escravocrata e da relação senhor-escravizado.

A exaltação do “caboclo”, mistura do indígena com o branco, como figura nacional, antecedeu o “elogio da mestiçagem”, trazido por Gilberto Freyre nos anos 30, em que o sociólogo paulista consolida a ideia romantizada de que a miscigenação teria dado ao Brasil uma originalidade que o diferenciaria de outras nações. Nesse ponto, a visão alencariana antecipa-se e assemelha-se à freyriana, no sentido de amenizar conflitos e

comportamentos nocivos entre senhores e escravos, idealizando, assim, uma relação “branda e solícita”, fruto da “índole generosa de nossa raça”. Não somente, Alencar, assim como Freyre, imagina extrair algo benéfico da escravidão, como a miscigenação, mas que, no caso do Brasil, ocorreria dentro de um projeto de “progresso civilizatório”, em que a raça branca predominaria e promoveria uma “evolução de raças”. Seu pensamento refletia uma nova forma de ver o mundo, “novas ideias”, trazida pela chamada geração de 1870, que importava, além de ideias liberais, teorias racistas.

A geração de 1870 no Brasil, influenciada pelo positivismo evolucionista trazido da Europa, representou a mudança de chave em certas visões que até então marcavam o imaginário literário e social brasileiro. Neste ínterim, “negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – ‘classes perigosas’, a partir de então – [...] transformavam-se em ‘objetos de ciência’” (Schwarcz, 1993, p. 24). Pelas teses de “degeneração” desenvolvidas à época, expressão que deriva da ideia de “genes debilitados”, tais “espécies” humanas estavam fadadas à destruição. Os mestiços ligados a essas raças, então, eram tidos como estéreis, vindo daí a expressão “mulato”, derivado de mula, cruzamento estéril do cavalo com o jumento.

O quadro “A Redenção de Cam”, deste período, retrata bem a visão que se tinha à época sobre a mestiçagem. Nele, vê-se uma senhora negra, provavelmente escravizada, uma moça, mestiça clara, um homem branco e um bebê, também branco. A senhora negra levanta as mãos para os céus, no que seria um agradecimento pelo fato de o neto ter nascido branco. Tal obra reflete a ideia de “evolução de raças”, em que fenótipos não-brancos ocupariam escalas inferiores, pelo critério positivista evolucionista.



**Imagen 4.** “A Redenção de Cam”, obra de Modesto Brocos (1895).

Ainda em 1871, em um discurso na Câmara dos Deputados, no auge do debate e às vésperas da proclamação da Lei do Ventre Livre naquele mesmo ano, libertando da escravidão todos os nascidos de escravizados a partir dali, José de Alencar proferiu as seguintes palavras:

Nós queremos a redenção de nossos irmãos, como a queria o Cristo. Não basta para vós dizer à criatura, tolhida de sua inteligência, abatida na sua consciência: ‘tu és livre; vai; percorre os campos com uma besta fera...’ [...] não senhores, é preciso esclarecer a inteligência embotada, elevar a consciência humilhada, para que um dia, no momento de conceder-lhe a liberdade, possamos dizer: “vós sois homens, sois cidadãos. Nós vos redimimos não só do cativeiro, como da ignorância, do vício,

da miséria, da animalidade em que jazíeis! Eis o que queremos. É a redenção do corpo e da alma; é a reabilitação da criatura racional; é a liberdade como símbolo da civilização, e não como um facho de extermínio. Queremos fazer homens livres, membros úteis da sociedade, cidadãos inteligentes, e não hordas de selvagens atiradas de repente no seio de um povo culto. (Alencar apud Costa, 2014, p. 19)

Como se vê, para Alencar era preciso, antes de abolir a escravidão, “salvar” negros da “ignorância, do vício, da miséria”, tirando-os do estado de “animalidade” e “selvageria” a fim de que alcançassem o estado de “criatura racional”, de “membros úteis” da sociedade, e de “cidadãos inteligentes”. Essa visão do escritor reflete uma imagem muito comum no processo de construção do caráter nacional brasileiro, formada pela mistura de três raças – índios, negros e brancos –, em que a sociedade mestiça ignoraria o preconceito racial, enxergando a relação entre o branco e o negro e o processo de escravidão como algo benevolente (Chauí, 2000).

Alencar utiliza-se até mesmo da palavra “redenção”, utilizada para intitular a pintura anteriormente mencionada e que refletia o pensamento racista da época. Assim, vê-se que o escritor estava muito alinhado às teorias da época, o que se refletia em sua obra. Esse reflexo ocorreu também como um todo no romantismo brasileiro que, como já dito, buscou em fontes europeias sua inspiração, apesar da busca incessante de participar de um processo de formação de identidade nacional.

## **Conclusão**

O indianismo, como manifestação literária e cultural brasileira, ajudou a formar o conceito de identidade nacional e todos os desdobramentos conceituais ligados a essa construção. No entanto, a produção de uma identidade brasileira não se deu de maneira inocente e tampouco soberana, refletindo contradições do próprio processo de formação do Estado-nação brasileiro, tendo sido, assim, de inspiração colonial, europeia, ocidental, racista e patriarcal, o que diz muito sobre o que veio a se tornar, de fato, a sociedade brasileira no seu porvir.

É inevitável, ao estudar o processo historiográfico brasileiro e também a literatura produzida ao longo da existência do Brasil como Estado-nação, observar como eles se assentam em conjunturas sociais e econômicas, como o latifúndio, a escravidão, as divisões de classe, e também em visões estereotipadas sobre o que seria o Brasil e quais “faces” representariam o seu povo. Além de se basear em cenários essencialmente

locais, contraditoriamente, o processo de construção da identidade brasileira foi também muito ancorado em referências estrangeiras, mais precisamente europeias, o que demonstra sua natureza eurocentrada e centrífuga.

A referência a ideologias e conceitos externos fez com que o movimento romântico brasileiro adotasse uma postura muito ligada ao pensamento europeu da época, o que, inclusive, significou a importação de ideologias de segregação racial, recorrentes naquele período. Isso refletiu-se no que foi produzido em termos de obras literárias naquele momento. Em que medida tal pensamento contribuiu para o processo de formação da identidade brasileira foi o objeto de análise do presente trabalho, que lança, por sua vez, os seguintes questionamentos, suscetíveis a posteriores debates por eventuais interessados: o quanto o pensamento literário brasileiro ainda é demasiado eurocentrado em suas posições atuais, refletindo ideias e pensamentos estrangeiros, ligados a filosofias europeia/ocidentais? Ainda, o quanto ainda reproduzimos ideias estigmatizantes e fetichizantes dos povos originários brasileiros, no sentido de trazê-los como “originais”, ignorando que o que chamamos hoje de “brasilidade” também envolve a influência de outros povos, de outras crenças, línguas, costumes, trazidos de fora, outrora, mas que hoje já se incorporam a o que pode ser chamado de “Brasil”? São questões a serem levantadas para eventuais futuros debates.

## Referências

- Alencar, J. D. (1865). *Iracema: Lenda do Ceará*. Typographia de Vianna & Filhos.
- Alonso, A. (2000). *Idéias em movimento: A geração 70 na crise do Brasil-Império*. [Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo].
- Araújo, R. B. (1994). *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Editora 34.
- Cândido, A. (1975). *Formação da literatura brasileira*. Itatiaia.
- Chauí, M. (2000). *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. Fundação Perseu Abramo.
- Costa, M. D. (2014). *Apagamento e demonização: Visões do negro em José de Alencar e Adolfo Caminha*. [Monografia de conclusão de curso de pós-graduação para obtenção do grau de Especialista em Histórias e Cultura Afro-brasileira, Indígena e Africana, da Universidade da Integração Internacional da Cultura Afro-Brasileira, disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/277/1/Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Ferreira%20Luciano.pdf>]

- Fanon, F. (1952). *Peles negras, máscaras brancas* (tradução para português do Brasil de Sebastião Nascimento, de 2020). Ubu Editora.
- Guimarães, M. L. (1988). *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos*, 1(1), 5-27.
- Marino, R. (2022). Diferença na repetição? Alguns sentidos da mestiçagem e da "civilização brasileira" em movimentos culturais brasileiros. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 38, s.p.
- Ribeiro, M. C. (2016). Francisco Bethencourt (2015), Racismos – das cruzadas ao século XX. Lisboa: Temas & Debates / Círculo de Leitores, 584 pp. *E-cadernos CES*, 26, 153-171.  
<http://journals.openedition.org/eces/2169>
- Santos, N. G. (2022). *Um leitor inconformado: Álvares de Azevedo e a literatura comparada*. Edusp.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. Companhia das Letras.